



## **RELIGIÃO, CONSTITUIÇÃO E IMPRESSO: A REPRESENTAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NO JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS DURANTE OS ANOS DE 1985-8**

Eixo 5 – Educação, Comunicação, Informação, Direito Humanos e Cidadania

*Gustavo Josué Simoni Paes<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

Trata-se da análise da representação do ensino religioso no jornal Correio de Notícias durante os anos de 1985-8. O estudo se deu a partir do acervo disponível na Hemeroteca Nacional. No âmbito da metodologia utilizou-se Roger Chartier para evidenciar a problemática do conceito de representação e Perseu Abramo e outros autores para organizar uma visão crítica sobre jornais. Os resultados foram divididos em dois níveis: municipal/estadual e nacional. Em síntese o ensino religioso foi representado levando em conta o respeito à confissão do aluno, mas que em termos práticos em um país eminentemente cristão implicou na defesa do ensino dessa religião.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino religioso; Constituição; História da Educação.

### **ABSTRACT**

The analysis of the representation of religious education in the newspaper Correio de Notícias during the years of 1985-8. In the study used the collection available at the Hemeroteca Nacional. Within the scope of the methodology, Roger Chartier was used to highlight the problematic of the concept of representation and Perseu Abramo and other authors to organize a critical view about newspapers. The results were divided into two levels: municipal/state and national. In summary, religious teaching was represented when taking into account the respect for the student's confession, but in practical terms in an eminently christian country that implied the defense of teaching of that religion.

**KEYWORDS:** Religious education; Constitution; History of Education.

---

<sup>1</sup> Professor de História e Ensino Religioso na rede estadual de educação do Paraná; Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá; Especialização em docência de Ensino Religioso pela Faculdade de Administração, Humanas e Exatas; e-mail: [gustavo.ze.paes@outlook.com](mailto:gustavo.ze.paes@outlook.com).



## 1 Introdução

O ensino religioso está presente nas escolas do Brasil desde a colonização até hoje, mas possuindo diferentes conotações. Atualmente a disciplina figura no artigo nº 210 da Constituição de 1988 que lhe assegura oferta obrigatória em escolas públicas no nível de ensino fundamental e presença facultativa para os alunos. A existência da matéria na carta magna se deu devido a duas emendas populares datadas de 1987, assinadas pela população brasileira e subscritas por associações civis, sendo entre elas a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) e a Associação de Educação Interconfessional de Curitiba (ASSINTEC). Nesse sentido o presente artigo analisa a representação do ensino religioso no jornal Correio de Notícias durante os anos de 1985-8, correspondentes respectivamente ao início do governo de José Sarney e a promulgação da Constituição de 1988.

O exame do periódico visa analisar a forma de representação do ensino religioso desde 1985 até 1988. Escolhe-se esse recorte temporal devido ao primeiro ano marcar começo do primeiro governo civil pós a ditadura militar (1964-85) caracterizado de acordo com Mariana de Oliveira Lopes Barbosa (2012) pela expectativa da elaboração de uma nova lei-base e a segunda data indicar a promulgação desta. No estudo identifica-se a periodicidade, publicidade, colaboradores, público destinatário e recursos financeiros do jornal e examina-se a organização interna dos conteúdos e editoriais. Assim busca-se compreender a representação do ensino religioso levando em conta características do Correio de Notícias e artigos de opinião, além de notícias acerca do tema.

A importância da temática da pesquisa reside na atualidade do assunto. O ensino religioso ainda é objeto de dúvidas no que diz respeito a sua prática, conforme se verifica em recente pronunciamento do Supremo Tribunal Federal<sup>2</sup>. Em uma votação acirrada a principal Corte do país entendeu ser constitucional o ensino religioso confessional, desde que obedecido à facultatividade do aluno. Desse modo constata-se que a disciplina ainda sofre problemas para efetivação.

Por fim conclui-se que a principal problemática reside na identificação da

---

<sup>2</sup> Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/politica/1504132332\\_350482.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/politica/1504132332_350482.html) Acessado em 01 de jun. de 2020.



concepção de ensino religioso veiculada pelo jornal durante os anos de expectativa e realização da constituinte. Nesse sentido o presente artigo traz os resultados de uma pesquisa documental que estabelece relações entre as referências bibliográficas e a fonte histórica, contribuindo assim para uma melhor compreensão do ensino religioso e consequentemente da história da educação brasileira.

## **2 Metodologia**

Na análise do jornal levou-se em conta a problemática ligada à ideia de representação e a perspectiva crítica do periódico. A primeira foi embasada nas observações de Roger Chartier a partir de sua definição e do conceito de protocolo de leitura. Já a segunda, relacionada à forma de se pesquisar em jornais e pautada principalmente nas indicações de Perseu Abramo juntamente com a Maria Helena Rolim Capelato e outras autoras. Assim com o presente estudo verificou-se a partir de notícias e artigos de opinião a representação no periódico do ensino religioso entre os anos de 1985-8.

Segundo Chartier (2011) representação consiste em trazer algo que está ausente. Tal procedimento aspira universalidade, mas é circunscrito pelos interesses concepções de mundo e valores do grupo que o produz. Assim é lícito afirmar que existe uma luta por representação na medida em que diferentes atores sociais se organizam e mobilizam distintos recursos para veicular determinadas caracterizações sobre ideias, objetos, pessoas e etc.

Nesse sentido toda produção escrita carrega uma representação específica acerca de algo. Para Chartier (2011) isso implica em dizer que toda obra está organizada de modo a produzir um sentido no leitor. Essa é a definição do conceito de protocolo de leitura. Portanto entende-se protocolo de leitura enquanto uma estratégia organizativa da obra com vistas a produzir uma determinada representação sobre o tema em questão.

O conceito de protocolo de leitura tem duas ramificações: do autor e do editor. Segundo Chartier (2011) isso corresponde respectivamente à organização do texto e de seu suporte. O primeiro utiliza-se de senhas da ordem retórica para indicar a forma correta de leitura do texto que por sua vez refletem as convenções sociais e literárias do



período em que o objeto é produzido. Já o segundo preocupa-se com a disposição/divisão do texto no suporte; tipografia; ilustrações e principalmente a intenção editorial. O empenho de ambos no controle da recepção da obra pode ser consciente ou inconsciente. Destarte é possível afirmar que há procedimentos diferentes na produção de textos e seus suportes que influenciam na formação do sentido do impresso e tornam ainda mais múltiplas suas significações.

A problemática da representação não universal aparece de modo claro nos jornais a partir dos interesses que o regem. De acordo com Abramo (2016) a imprensa é dotada de interesses políticos e econômicos. Nesse sentido para o autor as suas produções sofrem manipulação em função dessas inclinações. Assim Capelato (1988) sustenta que no trato da imprensa como fonte histórica é preciso determinar as aspirações do periódico.

A representação midiática obedece a interesses nesse sentido é importante demonstrar as possíveis formas que isso se dá. Segundo Abramo (2016) existem padrões de manipulação que muitas vezes são intrínsecos a atividade jornalística e outras vezes são deliberados. O autor cita a ação de escolha de fatos que serão ou não noticiados, bem como sua localização no periódico. Essas reflexões pois indicam o esforço dos autores e editores dos jornais em controlar a produção de sentido por parte do leitor (CHARTIER, 2011). Desse modo Tânia Regina de Luca (2005) indica ser relevante examinar no jornal a organização interna do conteúdo, bem como composição material com vistas a responder qual a função delas nas publicações.

Já no que diz respeito à relação texto suporte é possível discutir o entendimento de como os jornais influem na realidade. De acordo com Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário de Cunha Peixoto (2007) os periódicos tem força ativa de constituição do real no capitalismo por serem consumidos em massa suggestionando modos de vida, valores, visões de mundo e etc. Portanto se constituem em espaços privilegiados para a difusão de projetos políticos. Abramo (2016) acompanha esse raciocínio na medida em que afirma que os jornais refletem indiretamente a realidade, pois está última aparece condicionada aos interesses do periódico que determina a ordem e a forma da veiculação das informações. Assim Capelato (1988) pontua que os jornais tem potencial de intervenção na vida social dado que são meios de comunicação através do qual a



população toma consciência de fatos, logo sendo necessário levar em conta que um texto inserido em um periódico tem sua produção pensada para o consumo em grande escala. Cabe ressaltar que os exemplares utilizados nesta pesquisa estão disponíveis no site da Hemeroteca Nacional<sup>3</sup>.

É a partir dessas indagações metodológicas que se analisou o ensino religioso nas páginas do Correio de Notícias contemplando-se as questões ligadas à representação e a visão crítica dos periódicos. A primeira está relacionada aos interesses que balizam a representação, bem como o processo de produção de sentido que envolve texto e suporte, ao passo que a segunda compreende o jornal enquanto força ativa na realidade que veicula formas com que os sujeitos tomam conhecimento dos fatos. Portanto com a presente pesquisa levou-se em conta o limite da ideia de representação e jornal como força constitutiva da realidade.

### **3 Contexto histórico**

É durante o governo de José Sarney (1985-90) que é promulgada a Constituição de 1988 que restituiu direitos integrais para a população. As principais discussões desse período envolvem o modelo de constituinte; a eleição de 1986; e a divergência sobre o regimento interno para votação dos projetos dos parlamentares. Assim a Constituição de 1988 restaurou a cidadania<sup>4</sup> no Brasil.

Os primeiros atos da administração de José Sarney deram continuidade aos acordos políticos de Tancredo Neves no sentido de retomada de direitos. No mês sete do ano 1985 Sarney propôs a criação de uma comissão de notáveis para a produzirem um texto-base da Constituição, sendo vários membros dela, partidários do regime militar. Para autora tal proposta é amplamente recusada nos setores populares da sociedade. Nesse sentido o que ocupou a centralidade dos discursos políticos foi o modelo constituinte.

Duas possibilidades surgem para o desenvolvimento da lei-base: Assembleia Nacional Constituinte exclusiva ou Congresso Constituinte. De acordo com Barbosa

<sup>3</sup> Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acessado em 23 de abril de 2020.

<sup>4</sup> O termo é entendido no presente artigo enquanto a restituição dos direitos políticos e civis da população interrompidos com a ditadura militar (1964-85) somados a ampliação de direitos sociais assegurados pela recém-aprovada carta magna.



(2012) a primeira foi defendida por setores mais progressistas do meio político e social, ao passo que o segundo por conservadores e o governo vigente. No âmbito da Assembleia Constituinte exclusiva os candidatos eleitos teriam única e exclusiva tarefa de elaborar a constituição, já no Congresso Constituinte os parlamentares acumulariam essa função juntamente com suas ocupações ordinárias do Congresso. A forma escolhida foi à segunda por meio da Emenda Constitucional nº 26 que afirmava que o Congresso Nacional eleito em novembro de 1986 se transformaria em uma Assembleia Constituinte para uma elaboração de uma nova Constituição em 1987.

Desse modo ocorre a percepção de continuísmo do regime militar com o governo de Sarney. Maria Helena Versiani (2010) sustenta que a escolha pelo Congresso Constituinte é a permanência do modelo de transição lenta e gradual proposto pelos militares. Já José Murilo de Carvalho (2002) afirma que isso acentua o processo de substituição do otimismo na sociedade pela desilusão do processo político que já se esboçava desde que José Sarney assumiu o poder. Nesse sentido Lopes (2018) entende que a nova constituição surgiu com vigência da ordem legal anterior que para Barbosa (2012) implicava no vigor de uma legislação autoritária. Dessa maneira o contexto de elaboração da nova constituição era dado pela coexistência de instituições sem legitimidade democrática com outras cujo progressivamente o voto popular trataria de conferir prestígio (LOPES, 2018).

Em paralelo a esse cenário institucional havia também a continuação da crise econômica, sendo a solução pensada no governo Sarney estava relacionada ao plano Cruzado, que por sua vez, também era vinculado às eleições de 1986. Segundo Barbosa (2012) os principais problemas financeiros do país estavam relacionados à alta inflação. Portanto o Plano Cruzado congelava preços e salários – com gatilho de reajuste desse último – gerando um efeito imediato de controle da inflação e ganho aquisitivo no poder de compra das famílias. Isso foi mantido artificialmente até as eleições de 1986 que permitiu uma vitória expressiva da base governista.

Lopes (2018) atenta-se para o espectro ideológico dos membros da constituição. O autor salienta que o entendimento histórico entre direita e esquerda se deu nesse caso a partir dos temas participação política e propriedade privada. A esquerda buscou imprimir na Constituição a presença direta da população na vida política, assim como



estabelecer obrigações sociais para a propriedade privada, ao passo que a direita em rechaçar essas posições. Em síntese observa-se que a presença majoritária é de políticos ligados a posições centristas devido à possibilidade de trânsito ideológico nas negociações políticas.

Outra importante constatação acerca dos membros da Constituinte é o seu caráter conservador. Lopes (2018) afirma que havia grande participação de políticos ligados a antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Congresso Constituinte. Desse modo ele conclui que o grande partido vitorioso da eleição foi à extinta ARENA.

Em fevereiro de 1987 iniciam-se os trabalhos constituintes, sendo as propostas legislativas organizadas em um processo de quatro etapas. Para Lopes (2018) os parlamentares se dividiram em 24 subcomissões temáticas de acordo com sua preferência; após o debate nelas, sua produção seria encaminhada para oito comissões cujo assunto fosse similar e serviria de base para essas. Seguidamente os relatórios dessas comissões seriam organizados por uma sistematizadora, que por sua vez, teria seu trabalho votado pelo plenário do Congresso.

Esse regimento previu um considerável elemento de participação da população: emendas populares, por meio do qual o ensino religioso figurou na carta magna. Conforme Lopes (2018) cada proposta deveria ser subscrita por no mínimo 30 mil pessoas juntamente com três entidades associativas. Cada eleitor poderia assinar até três emendas. Atendidas essas requisições as sugestões populares seriam direcionadas para a Comissão de Sistematização. Para Carvalho (2002) nesse momento os movimentos sociais ganharam destaque dentro do processo legislativo na medida em que a população participa. Assim Versiani (2010) afirma que se tratou de um chamamento geral da população que implicou em um debate político generalizado.

No ano de 1987 verifica-se também outra característica da Assembleia: heterogeneidade. Versiani (2010) entende que os trabalhos constituintes serão marcados por crises e divergências devido à diversidade de interesses de seus membros. Em linhas gerais, apesar da maioria conservadora, as atividades legislativas têm relatórios expedidos para a comissão de sistematização com tendências de esquerda e centro-esquerda, pois a grande parte dos postos de relatoria foi ocupada por políticos desse alinhamento ideológico devido à articulação da mesa diretora (LOPES, 2018).



Entretanto na última etapa do processo constituinte o regimento interno foi modificado. Segundo Lopes (2018) na maior parte do primeiro ano de trabalho da Constituinte as lideranças conservadoras não conseguiram se articular para atuarem com conjunto. Todavia em fins de 1987 há uma reorganização dos campos centro, centro-direita e direita formando um grupo chamado de “Centrão” exigindo uma mudança no regime interno. Este consegue essa alteração que provocou o fim da comissão de sistematização, sendo seu relator elevado à condição de elaborador geral da constituição e criou a figura da emenda coletiva, que funcionou de modo a ser prioritária em relação às propostas legislativas discutidas até então.

Para Barbosa (2012) essa modificação no regimento interno foi um golpe. Autora afirma que os movimentos sociais foram surpreendidos, sendo que muitas votações tiveram de ser feitas a portas fechadas no Congresso Nacional. Apesar da conservação das emendas populares, houve uma desilusão generalizada na sociedade, pois em termos práticos o trabalho constituinte foi reinicializado. Nesse sentido coube aos setores políticos e sociais progressistas ao longo do ano de 1988, negociar suas reivindicações nos termos da nova forma de trabalho (BARBOSA, 2012).

Por fim conclui-se que a Constituição de 1988 tem um caráter contraditório. Segundo Barbosa (2012) a lei base tem características liberais, mas que levam em conta aspectos sociais. Lopes (2018) explica essa interpretação lembrando que a maioria dos parlamentares era conservadora, todavia enfrentou em um primeiro momento uma minoria de esquerda e centro esquerda organizada que garantiu no regimento interno a figura jurídica das emendas populares, que estabeleceu, em parte, na carta magna a necessidade do Estado se preocupar com questões sociais. Em síntese o autor entende que o acordo que permitiu a criação da Constituição de 1988 se deu a partir das elites burocráticas estatais em consonância com os movimentos sociais, que modificou a cidadania brasileira de regulada a regulativa, em que se busca no Estado um referencial para a resolução de demandas coletivas, além das garantias fundamentais dos Direitos Humanos.

#### **4 O jornal Correio de Notícias entre os anos de 1985-8**



O periódico tem três fases desde sua fundação em 1977, todavia para a presente pesquisa cabe destacar apenas alguns anos da terceira que data de 1984-95. Inicialmente pontuam-se algumas características da sociedade paranaense e do ofício jornalístico para seguidamente evidenciar a periodicidade, publicidade, responsáveis pelas publicações, colaboradores, público destinatário e fonte recursos financeiros do jornal.

A organização da sociedade paranaense modifica-se bastante após a década de 1960. Segundo Sharon Jeanine Abdalla (2010) o estado passa por uma industrialização orientada pelo poder público com a criação de infraestrutura e escolas públicas. Desse modo surge no estado uma classe média letrada ligada ao meio urbano, que tem seus contingentes aumentados principalmente na década de 1970 com a mecanização do campo que promoveu um êxodo rural.

No âmbito jornalístico da região há no período uma profissionalização da atividade. Emerson de Castro (2014) afirma a partir de 1960 surgem às primeiras turmas de jornalismo formadas pela Universidade Federal do Paraná que mudaram a forma do respectivo ofício. Nesse sentido Abdalla (2010) entende que há um rompimento do caráter opinativo da imprensa, que no cenário de maior letramento da população e industrialização com conseqüente valorização dos anúncios, torna o jornal uma mercadoria de consumo em massa e estabelece a influência do modelo estadunidense na atividade por meio da adoção da técnica de escrita pirâmide invertida, lide e a pretensão de uma neutralidade e imparcialidade.

A terceira fase do Correio de Notícias tem início em 15 de maio de 1984. Segundo Vitória Peluso (2020) o médico Celso Hilgert comprou 80% do jornal. Ele pertencia a um grupo político ligado ao deputado federal, Sebastião Rodrigues e o secretário do Estado da Cultura, Fernando Ghignone. O ano em questão é de grande efervescência nacional haja vista o movimento das “Diretas Já” e posteriormente a posse do primeiro presidente civil. Assim é importante destacar o editorial acerca do fim da ditadura cujo nome é “Fim do pesadelo, sonho de esperança”.

O título “Dá-lhe Tancredo” aponta o apoio do jornal ao presidente. Há o reconhecimento do golpe de 1964 classificando-o como “[...] período mais negro da história, marcado, em seu final, pela crise econômica e social que acentua as deformações impostas pela ditadura.” e relacionando-o a ideia de pesadelo, ao passo que



o novo momento é descrito como tempo de esperança. Nesse sentido o governo de Tancredo “[...] representa a reconciliação entre o Estado e Nação, o poder e a sociedade, o governo e seu povo, na busca de uma perspectiva de progresso e democracia [...]” (C. de N. edição nº 1119, p.16, 1985). Desse modo entende que a redemocratização foi conquistada e que a construção da Nova República passa por uma Constituinte.

O foco das notícias do jornal era Curitiba e a região metropolitana, assim como sua circulação. Peluso (2020) alega que o jornal dizia-se livre de influência política, mas que sua linha editorial privilegiou na década de 1980 a defesa do então governador do Paraná José Richa, seu sucessor Álvaro Dias e ao PMDB de um modo geral. Quando o jornal completou aproximadamente um ano de existência investe na criação de sucursais e representações em outros estados. No momento das eleições em 1986 termina-se o mandato de José Richa e o Correio apoia a candidatura de seu indicado: Álvaro Dias. O periódico também é comprado por Silvio Name que pertencia ao grupo político ligado a Álvaro Dias, que se elegeu governador do Paraná. Dessa maneira o Correio passa a dar sustentação ao chefe do executivo estadual, bem como receber verba da secretaria de Comunicação Social.

Por fim conclui-se que a terceira fase do Correio de Notícias é marcada por intenso engajamento político. Sua periodicidade diária com foco em assuntos gerais e culturais de Curitiba e região tem uma expansão para o interior do estado, em parte custeada com dinheiro público. O periódico veicula também uma publicidade ligada a empresas e associações cooperativas do local em que está presente. Os editoriais indicam que o público destinatário é o paranaense, bem como a defesa dos interesses deste estado. Todavia conforme aponta à bibliografia o periódico advogava aspirações dos governos deste estado. Desse modo conclui-se que o Correio de Notícias praticava um franco apoio ao PMDB.

## **5 A representação do ensino religioso**

O ensino religioso aparece de diferentes maneiras ao longo dos anos no jornal Correio de Notícias. Os resultados obtidos apontam para a disciplina no âmbito: municipal/estadual e nacional. Nesse sentido o contexto histórico e os interesses do



periódico influem na representação da matéria seja em forma de notícia ou artigo de opinião.

Inicialmente cabe ressaltar que o ensino religioso foi inscrito na Constituição Federal de 1988 por iniciativa de três emendas populares. Estas chegaram ao Congresso Constituinte fruto de um movimento nacional pela disciplina orquestrado por diferentes entidades, sendo duas de importância no Paraná: CNBB e a ASSINTEC, sendo esta última o motivo de escolha do jornal. Uma terceira emenda popular também chegou a Comissão de Sistematização, entretanto não foi aceita pelo grupo de trabalho, portanto não fez parte da presente análise. A partir do acervo do Correio de Notícias disponível na Hemeroteca Nacional fez-se uma pesquisa com as seguintes palavras-chave:

Palavras	1985	1986	1987	1988	Total
Ensino religioso	4	5	12	8	29
Educação religiosa	1	6	4	5	16
ASSINTEC	1	1	2	1	5
CNBB	72	74	70	50	266

Tabela 1: Palavras-chave

Observou-se que as menções a CNBB são mais abrangentes. Ocorreu-se isso porque a entidade estava relacionada a diversos temas nas notícias além do ensino religioso. Contudo apenas as matérias que versavam sobre o entendimento da CNBB acerca da constituinte e do ensino religioso foram objetos de análise.

De modo geral examinou-se entre artigos de opinião e notícias 46, sendo o resultado dividido entre ocorrências que tratavam do ensino religioso no nível municipal/estadual e nacional, conforme a tabela a seguir:

Nível	1985	1986	1987	1988	Total
Mun. / Est.	2	2	3	5	12
Nacional	9	10	13	2	34

Tabela 2: Classificação dos resultados

Na análise do discurso das notícias e artigos verificados é possível estabelecer relações com o contexto histórico e os interesses do periódico. No ano de 1985 as ocorrências ligadas à disciplina no nível estadual/municipal estão relacionadas à



demanda de bispos católicos de regulamentação estadual do ensino religioso (com destaque na capa do jornal) e controvérsias entre a ASSINTEC e um vereador curitibano envolvendo um projeto da respectiva disciplina no município.

As ocorrências no nível nacional estão ligadas a expectativa da forma da Constituinte. As movimentações da CNBB para a Constituinte defendiam principalmente a participação popular e a rejeição ao Congresso Constituinte. Tal constatação está de acordo com Barbosa (2012) que destaca a importância das organizações sociais no fim da ditadura militar e a impopularidade da continuidade da transição lenta e gradual empreendida pelo governo Sarney.

Em 1986 é possível verificar desdobramentos da regulamentação do Ensino religioso no Paraná e atuação da CNBB nas eleições parlamentares. Nas notícias referentes ao primeiro tema a ASSINTEC tem relevância na coordenação da disciplina com caráter interconfessional não apenas na capital. A associação católica, no nível nacional, agiu de modo indicar atributos que deveriam orientar o voto dos católicos, sendo isso apresentado em notícias e principalmente nos artigos de opinião de Dom Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba.

O discurso de Fedalto salientou a importância da participação popular nas eleições a partir do voto tem candidatos que obedecessem aos critérios eclesiais. Nesse sentido cabia aos fiéis participarem com consciência das eleições escolhendo os candidatos de acordo com os valores da igreja. Diversos clérigos se manifestaram de modo a afirmar que a instituição não apoiaria diretamente algum político, mas traçaria um perfil ideal.

No âmbito educacional o político aspirante defenderia que o Estado deveria concentrar seus esforços na oferta do ensino fundamental gratuito para todos, que por sua vez, não trataria apenas do ensino instrucional, mas compreenderia a educação no nível de valores também. Nesse sentido caberia ao ensino religioso, aplicado de acordo com a concepção dos pais e alunos e no 1º e 2º graus além do curso supletivo, essa formação moral. A disciplina seria ofertada em horários normais e o credenciamento dos professores delegado para as autoridades religiosas.

A difusão das orientações católicas no jornal em período eleitoral reforça o entendimento de Cruz e Peixoto (2007) de que esse é uma força de constituição do real



capaz de influenciar a população, haja vista seu consumo massivo. Nesse sentido também Abramo (2016) salienta que as informações divulgadas pelos periódicos estão condicionadas a seus interesses, portanto o espaço designado para os padrões de candidatos defendidos pela Igreja, seja em notícias ou artigos de opinião, era convergente aos do jornal, que conforme Peluso (2020) dava sustentação política ao PMDB.

No ano de 1987 o jornal veicula informações sobre o ensino religioso no Paraná, atuação da CNBB na Constituinte e a emenda popular que tratava da matéria com a participação da ASSINTEC. A situação da disciplina no estado é evidenciada a partir de notícias de cursos de formação fornecidos pela associação interconfessional e o governo do estado, além de divergências acerca da lei; Há continuidade da atuação da CNBB para participação popular ligada a seus interesses. Desse modo sustenta-se que a CNBB utilizou-se de diferentes formas de divulgação para fazer com que seus interesses estivessem presentes na Constituição.

O jornal repercutiu a aceitação da emenda popular que tratou da normatização do ensino religioso salientando sua origem paranaense e colocando em evidência as opiniões de D. Fedalto acerca do tema. O periódico veiculou também, em menor destaque, opiniões temerárias com relação ao ensino religioso, sendo de associações de protestantes que salientavam a necessidade da facultatividade da disciplina e parlamentares que percebiam o prejuízo de religiões minoritárias e um atento a separação da igreja do estado.

No ano de 1988 o ensino religioso no âmbito Nacional tem existência mínima, pois a maioria das notícias está relacionada ao oferecimento de cursos formativos para professores. A ausência de artigos sobre o tema aponta ao entendimento de que ensino religioso nunca esteve ameaçado no processo legislativo. As informações acerca das atividades de aperfeiçoamento estão relacionadas às secretarias de Educação municipais de Mairá e Cascavel, bem como a criação do curso de ciência das religiões da Universidade Católica do Paraná, visando entre outras coisas, formação de professores para a disciplina.

## **Considerações Finais**



O ensino religioso foi representado em dois níveis no jornal: municipal/estadual e nacional. O primeiro estava relacionado ao desenvolvimento da legislação estadual pertinente a disciplina, ao passo que o segundo centrou-se nas discussões constituintes com destaque para atuação da CNBB. Desse modo entende-se que a veiculação de informações sobre o tema esteve ligado ao contexto histórico e interesses do Correio de Notícias.

No âmbito municipal e estadual verificou-se a profusão de cursos de formação docente para o ensino religioso, sendo organizados pelo estado/municípios com ou não em parceria com a ASSINTEC. As notícias ressaltam que a legislação paranaense consagrou o caráter interconfessional da matéria, todavia constatou-se apenas a presença de religiosos cristãos como palestrantes dos cursos de aperfeiçoamento. O corpo docente da ASSINTEC também foi descrito como composto por católicos e protestantes. Nesse sentido constata-se um limite da prática efetiva da interconfessionalidade.

No campo nacional as informações sobre a CNBB tem maior destaque. Desde 1985 o jornal veicula os entendimentos da associação católica correspondendo respectivamente à demanda por participação popular na constituinte; em 1986 com notícias e artigos de opinião o perfil de candidato; em 1987 o acompanhamento dos trabalhos legislativos e 1988 a desilusão com a mudança no regimento interno. Mesmo na repercussão da aceitação da emenda popular de normatização do ensino religioso que teve a participação da ASSINTEC, as opiniões de católicos figuraram nos pontos principais das notícias, embora se atestasse perspectivas de protestantes, parlamentares e colonistas incertos e contrários à proposta. Não houve menção a opiniões de pessoas que não fossem cristãos.

Por fim verifica-se o condicionamento do conceito de interconfessionalidade. Seja no nível municipal/estadual ou nacional constatou-se que a defesa do ensino religioso levando em conta a confissão de pais e alunos, estava relacionada à difusão de ensinamentos cristãos apenas. Diante do exposto conclui-se que o jornal veiculou uma concepção de ensino religioso interconfessional, mas que em termos práticos significava o ensinamento do cristianismo.



## Referências

ABDALLA, Sharon Jeanine. **Lead e pirâmide invertida: a influência do modelo americano no jornalismo paranaense**. 2010. 136 f. Trabalho de conclusão de curso em Jornalismo. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010;

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande mídia**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016;

BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. **A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-88)**. 2012. 199f. Dissertação de Mestrado em História: área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades). Universidade Federal de Goiás, Belo Horizonte, 2012;

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988;

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;

CASTRO, Emerson de. Mais de meio século de história a ser contada. **Jornal Alcar**. Ano 3, nº 13, Segunda fase, Abril de 2014;

CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2011;

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, 2007, p 253-270;

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **A carta da democracia: a construção da ordem de 1988**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2018.

LUCA, Tânia Regina de – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas** (pp. 111-53). São Paulo. Contexto, 2005;

PELUSO, Vitória. Entrevista concedida a Gustavo Josué Simoni Paes, Maringá, 12 de abril. 2020;

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-8). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 233-52, 2010.